

PARQUE GOMM

Um caso onde ineficiência administrativa e a ação do capital foram atenuados pela cidadania e a criação coletiva.

Roberto Ghidini (2017)

Palavras Chave: Cidadania, governança, espaço público

Resumo

O artigo demonstra as dificuldades encontradas por um coletivo¹ para levar a cabo uma ideia comum, a de reivindicar um espaço de alto conteúdo ambiental, social e cultural, que já havia sido declarado de interesse, mas que “se estava escapando” por pressões econômicas, e que por fim, se concretizou.

Esse fato ocorreu em uma cidade que se afirma “justa, social e ecológica”² e que já foi tida como modelo de transporte público: Curitiba. O espaço é o Parque Gomm, composto pela Casa Gomm (1913) – exemplar único em estilo Massachussets – e pelo seu bosque, ambos tombados pelo patrimônio cultural do Estado do Paraná.

A “dissertação” estrutura-se através de registros notáveis, publicações da imprensa, recortes dos “posts” na página do grupo *Salvemos o Bosque da Casa Gomm* - os que resolveram lutar pelo patrimônio físico coletivo e o bem “imaterial”³ que o “**espaço**” passou a representar - e também em algumas entrevistas⁴.

Se pretende denunciar a realidade local e conscientizar as novas gestões da necessidade de ouvir os cidadãos, seus anseios e não ceder apenas ao poder do capital especulativo.

1 Salvemos o Bosque da Casa Gomm – SBDCG.

2 Curitiba Capital ecológica (Jaime Lerner em seu terceiro mandato como prefeito 1988-92) Curitiba Capital social (Cassio Taniguchi em seu segundo mandato como prefeito 2001-04).

3 Conceito defendido por Mathieu Bertrand Struck, membro ativo de SBDCG.

4 com o próprio coletivo e com o arquiteto Jeferson Navolar o autor do livro “A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba”

GOMM PARK

Inefficient management (due to) and capital pressure, softened by the community and collective creativity.

Roberto Ghidini (2017)

Key Words: community, government, public spaces

Abstract

The article demonstrates the challenges faced by a Collective⁵ when it claimed back a communal space with strong social and cultural salience, high environmental interest, which had previously been protected, but was "escaping" via financial and capital pressure.

This had been occurred in Curitiba, a city which call itself "socially and ecologically just"⁶, which had also been a public transportation role model.

The space in question is the Gomm Park, comprised by Casa Gomm (1913) - a unique house, built in Massachusetts style - and its bosk, both listed as Parana's Cultural Heritage.

The paper will provide remarkable records, from press articles and interviews⁷, to fragments of social media posts from Salvemos o Bosque da Casa Gomm - the group who decided to fight for the communal heritage and the immaterial⁸ resource the "space" now represents.

The objective is to expose the reality and make a statement for the next public administration regarding the importance of people's voice and wishes, instead of ceding in favor of power and speculative capital.

5 Salvemos o Bosque da Casa Gomm - SBDCG

6 Curitiba Ecological Capital (Jaime Lerner at 3rd time mayor 1988-92) Curitiba Social Capital (Cassio Tanigushi 2nd time mayor 2001-04)

7 Interviews with members of the Collective, and the architect Jeferson Navolar, author of the book "A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba"

8 Concept proposed by Mathieu Bertrand Struck, active SBDCG participant.

Introdução e objetivo

As relações entre os cidadãos e o poder, quando este é constituído por aqueles, é o que se chama de democracia. Os gregos, reuniam-se na ágora e cada um com um voto, decidia as questões que eram pautadas, às vezes pelo que ocupavam o poder, outras pelos cidadãos comuns.

O passar do tempo matizou essa dinâmica, mas sua essência perdura em todas as democracias, sejam elas diretas ou indiretas, que por vezes são consensuadas e por outras são apenas objeto de deliberação do poder, à medida que a influencia dos cidadãos é maior ou menor nas decisões.

Na atualidade, em sociedades democráticas evoluídas, nos deparamos com modelos de participação popular e transparência que buscam melhor qualidade de vida, direcionamento consensuado dos recursos públicos e com isso promover maior igualdade e justiça social.

Os modelos “governanza2.0”, “governo aberto”, etc.⁹ podem exemplificar como são pensados os desenhos metodológicos de processos exitosos, mas o ponto de partida para resultados positivos, só pode ser alcançado com desprendimento e vontade do poder constituído, caso contrário, os conflitos de interesse, serão sempre dirimidos sem isenção e na maioria dos casos, em favor de poucos e contra os interesses coletivos.

Segundo Manuela Carmena¹⁰, a justiça comercial, que julga os desacordos e discórdias em temas relativos às cidades, não está há muito tempo à altura de julgar processos urbanos e deve ser criada uma nova via, a da justiça urbana, para dirimir conflitos territoriais, ambientais, sociais, etc da urbe.

Dito isso, este artigo, pretende demonstrar através de um caso, as

9 Modelos participativos em prática em várias realidades, na atualidade.

10 Prefeita de Madrid, em ONU HABITAT, “Liderazgo Político hacia una ciudad justa: contribuciones hacia la Nueva Agenda Urbana”, 15.09.2016- Madrid

dificuldades encontradas por um coletivo, para levar a cabo uma ideia comum, para promover a valorização de um espaço de alto conteúdo ambiental, social e cultural, de uma determinada cidade que se afirma “justa, social e ecológica”¹¹ e que já foi tida como modelo de transporte público.

A Cidade é Curitiba, o espaço é o Parque Gomm.

“Os fatos”

Curitiba, cidade oriunda da colonização extrativista portuguesa, como quase todas as demais cidades brasileiras, constituídas até os anos anteriores a 1808¹², conhece seus áureos tempos justamente após esse marco, quando as matérias primas da região sul do Brasil, como madeira e a erva mate, produziram riqueza aos seus senhores, e fomentam o surgimento de uma aristocracia, localizada nas chácaras, palácios e palacetes do Batel, bairro que juntamente com Alto da Glória abrigava os principais “sobrenomes” da vila.

O Batel, ainda hoje, é o bairro nobre de Curitiba, onde se encontra a maior renda per cápita entre todos os bairros da cidade e tantos outros indicadores econômicos favoráveis.

No princípio do século XX, o industrial inglês Henry Gomm, casado com Isabel Withers Gomm, criadora da Cruz Vermelha no Paraná, tinha negócios de erva mate em Antonina. Em 1913, inaugura a casa de madeira em um bosque do bairro Batel.

11 Curitiba Capital ecológica (Jaime Lerner em seu terceiro mandato como prefeito 1988-92) Curitiba Capital social (Cassio Taniguchi em seu segundo mandato como prefeito 2001-04)

12 Chegada de D Joao VI e formação do Reino Unido de Portuga, Algarves e Brasil, com capital no Rio de Janeiro, quando o modelo mercantilista começa também a determinar a formação de novas cidades.



Figura 1: Fragmento central do mapa de Curitiba de 1915 – IPPUC. Notam-se os eixos de ocupação e as zonas verdes da cidade.

Nos anos 1930/1940 – Harry Blas Gomm, filho de Henry e Isabel, se casa com Luísa Bueno, filha de diplomatas. O casal se fixa em Curitiba e vai viver no casarão da Avenida Batel. A mansão se torna ponto de encontro de estrangeiros, intelectuais e industriais. Blas se torna cônsul inglês no Paraná.

Nos anos 1950, a composição Monsieur Le Consul à Curityba, de Marc Hevral (um dos abitués da casa Gomm), Fernand Vimont e Henry Le Marchand, ganha as rádios francesas e leva o Grande Prêmio da Canção Francesa, daquela época.



Figura 2: Fragmento de foto "em vista de pássaro" tomada por Cid Distefani (1936-2015) em 1958, onde ao centro se vê o bosque e a casa Gomm. - Gazeta do Povo. Coluna nostalgia.

Em 1958, Luísa Gomm se muda para o Jardim Los Angeles. A mansão do Batel é alugada. Luísa Gomm morre em 1986.

*“erguida na Curitiba de 1913 no estilo Massachusetts e com tábuas de araucária, por uma família anglo-brasileira. Um exemplar ‘único’ na arquitetura e paisagem da cidade, ainda mais único porque acompanhado de um esplendoroso e verdejante bosque (da qual era indissociável). Uma casa com história cultural riquíssima”.*¹³

O declínio da economia extrativista com o surgimento de processos industriais, pôs fim a muitos interesses econômicos, que não souberam enxergar ou dinamizar seus negócios. Os Gomm, foram uns deles.



Figura 3: Casa Gomm, na sua posição original, antes da relocação (2003) Fonte: arquivos SEEC.

“A propriedade foi vendida pela família no início dos anos 1980 e, em seguida, a Prefeitura de Curitiba tentou ali fazer o Parque do Batel (1987) que seria hoje nosso ‘Central Park’ em meio a urbe verticalizada entretanto, o novo proprietário derrotou a Prefeitura, derrubando o decreto de utilidade pública do imóvel na mais alta instância da Justiça brasileira”

...” Em 1989, a Casa Gomm e seu Bosque foram, enfim, tombados pelo patrimônio histórico e cultural do Estado do Paraná, o que em princípio os ‘salvou’ da destruição”

”Mas ainda não foi suficiente.

O bosque viria a ser gradativamente cortado nos anos subsequentes, perdendo seu esplendor de origem. A casa, por sua vez, quase foi destruída por “vorazes e exóticos cupins”. Tudo logo viraria um hotel ou um centro de convenções ou um clube etc. Muitos projetos foram sendo desenhados e posteriormente descartados, em função de limitações decorrentes do decreto de tombamento do governo estadual.

Mas a solução não tardaria a cair do céu.

Anos mais tarde, o mesmo Estado do Paraná que havia tombado a casa concordou com desvirtuar o decreto de tombamento: a casa seria desmontada (para ser “tratada”) e remontada nos fundos da antiga propriedade da família Gomm, onde antes haviam estábulos para cavalos, próximo ao fundo de vale do Rio Ivo. O bosque, drasticamente diminuído, viria a ser “apertado” em uma matrícula imobiliária específica, fruto do desmembramento da área em cinco lotes. A Casa seria doada ao Estado do Paraná e bosque e áreas gramadas doadas ao Município.



Figura 4: Casa Gomm após restauração e reposicionamento. Fonte: Arquivo SEEC.

Em meio a tudo isso, resulta que um enorme lote, "limpo" dos fardos da edificação histórica e do bosque, estaria assim livre para ser edificado em sua totalidade em proporções titânicas.

Foi um sofisticado "bypass"¹⁴ nas regras de tombamento, chancelado pelo então governador do Estado, Jaime Lerner. Em 2013, já com o grande "mastodonte" prestes a inaugurar, as migalhas do patrimônio tombado iriam ser, uma vez mais, massacradas pela abertura de uma rua de asfalto para os carros do shopping, em um projeto aprovado por IPPUC e pela Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná (mesmo órgão que tombara casa e bosque em 1989)."

14 O **bypass** citado pelo SBDCG compreende: 1) fracionamento parcelário em 5 matrículas; 2) Remoção da casa de seu local original; 3) O "simulacro" do bosque, que foi sendo cortado e adotado o capoeirao do fundo de vale como tal; 4) Doação das áreas nao edificáveis com o tombamento (ao estado e ao município)



Figura 5: Casa Gomm e seu exótico bosque, na época habitada pelo “embaixador” e família.

A Salvemos o Bosque da Casa Gomm eclodiu e disse não a esta rua de asfalto. Um dos principais argumentos invocados, na época, era que uma rua acabaria por terminar de segregar a casa de sua área envoltória (bosque e jardins), criando um mero simulacro, permanentemente rodeado de carros em movimento - e não de um jardim que lhe desse algum sentido paisagístico, tal como preconizado no decreto de tombamento...”¹⁵

“O urbanismo como ferramenta de planificação, se enfrenta a forças poderosas do capital especulativo que se apropria da cidade. A propriedade urbana passa a ser objeto de transferência e concentração de capital e globaliza as grande metrópolis. A cidade se tornou objeto de compra dos grandes investidores.”¹⁶

15 SBDCG

16 Saskia Sassen - “Who owns the city” - ONU HABITAT

Anteriormente, em meados de 2011, o IAB-PR (Instituto dos Arquitetos do Brasil – Paraná), numa atitude proativa dirige-se formalmente ao proprietário do imóvel, o Shopping Patio Batel e propõe parceria para dar uso público ao remanescente do bosque atual (já não o do decreto) e da casa.

Talvez caso houvesse sido aceita, pudesse haver sido democratizado o espaço, embora a obra já se inaugurava. Transcrevemos abaixo o que fora a proposta (item 3 do documento), que incluía também o Design Center Batel.

3.PROPOSTA

3.1 Elaborar um ESTUDO DE VIABILIDADE para identificar as condições e apresentar soluções técnicas com vistas a viabilizar a unificação dos remanescentes do BOSQUE BATEL, implantação de equipamentos urbanos que possibilitem que a população local e também os usuários dos 2 centros comerciais façam uso dele como equipamento de lazer, agregando valor aos empreendimentos.

3.2 Elaborar ESTUDO DE VIABILIDADE com vistas a transformar a CASA GOMM em equipamento cultural, vinculado à memória da arquitetura e do Bairro Batel, integrando-a às atividades dos 2 empreendimentos comerciais

“El Estado del Arte”

As formas de governança nos dias de hoje, buscam fomentar a participação comunitária, como uma boa prática para a governabilidade das cidades, que como nos disse Carlos Giménez¹⁷ “*sempre foram diversas e adversas*”, assim, a desigualdade não é algo que ocorre por casualidade e sim algo político e portanto o planejamento deve ser algo igualmente político.

“A cidade é uma criação humana e coletiva, portanto política e deve ser regulada por marcos jurídicos, que nem sempre existem de forma satisfatória”¹⁸

17 Carlos Giménez – Catedrático de Antropologia Social, Diretor do Instituto Universitario de Investigación sobre Migraciones, Etnicidad y Desarrollo Social y del Programa “Migración y Multiculturalidad da UCAM. Doutor em Filosofia e Letras e licenciado em Ciências Políticas y Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid, em Convivencia y diversidad en ONU HABITAT – Madrid, 15-09-2016

18 Joan Clós – ex-prefeito de Barcelona e Consultor geral de ONU HABITAT em “Liderazgo Político hacia una

Entre os primeiros marcos para a planificação urbana participativa, podemos citar a Carta de Alboorg que veio a ser tela para a formatação das Agendas21 e logo Agendas Locais 21 ou AL21. Este importante passo inicial para assumir uma política participativa, no início dos anos 1990 foi e é determinante.

As municipalidades que hoje levam de 15 a 20 anos ou mais, com uso de agendas locais, já têm uma visão além do processos das AL21, onde suscitam temas como informação e transparência e as renovações para governo aberto, democracia participativa e prestação transparente de contas.

O sentido da democracia participativa é visto de forma intra-administrativa (pessoal, jurídica e econômica), com difusão de ações e resultados, com sistemas atualizados de indicadores e a visibilidade constante dos impactos da governança AL21.

Neste sentido, as novas tecnologias (em especial as App) para difusão e comunicação, são de grande utilidade, também as GIS para diagnósticos e planificação são oportunas entre outros.

As atuais demandas da sociedade, exigem cada vez mais questões como transparência da administração pública e participação popular, sobretudo, quando se trata de grandes projetos ou projetos estratégicos para um município ou uma região, sob pena de não resultar consensuada nem tão pouco conveniente os resultados obtidos.

Alberto Ortiz de Zarate Tercero¹⁹ nos sugere sobre distintos cenários da cidadania, considerando a forma de atuação das administrações e o âmbito ou entorno onde estão inseridas, gerando cidadanias ativas ou cívicas e passivas.

ciudad justa: contribuciones hacia la Nueva Agenda Urbana”, 15.09.2016- Madrid

19 Especialista em mudanças. Pioneiro na abertura de dados públicos e em técnicas de governo aberto. Diretor de Atenção Cidadã no Departamento de Justiça e Administração Pública do Governo Vasco entre outras funções.

No entanto, se houver uma estrutura simples, que possibilite mecanismos de governabilidade e a participação popular, que garanta às associações e aos cidadãos a cooperação, e que haja práticas democráticas, autônomas e independentes das administrações e aos técnicos (grupos de trabalho e academias), que possam aplicar seus conhecimentos, as normativas, os mecanismos de ação com transparência, poderia sim chegar a um bom porto.

A esse conjunto de agentes, haveria que somar uma coordenação ou conselho para o plano e uma comissão de seguimento, independentes, que dariam andamento a cada projeto.

Essa forma pode ser reproduzida em maior ou menor dimensão, mas sua essência deve conter a expectativa resultante dessa diversidade e adversidade que é uma urbe e que seja satisfatória aos interesses da coletividade, nunca em favor da especulação, nem mesmo de aqueles que se aproveitam de informações privilegiadas ou de influências (pessoal, jurídica e econômica).

O Parque Gomm

*"A experiência comunitária e cívica do Parque Gomm é - mesmo se não houvesse parque algum - uma VITÓRIA de toda a cidade. Desde 2013, curitibanos(as) vindos(as) de todos os bairros, de todas as idades e das mais variadas orientações políticas reúnem-se, ocupam, semeiam, colhem, cantam, pintam, compostam, trocam, juntam cacos, interagem, cuidam e convivem EM PAZ em torno de um modesto símbolo da retomada do planejamento urbano de Curitiba. Esta é - e seguirá sendo - a Salvemos o Bosque da Casa Gomm, não apenas num minúsculo parque no Batel, mas em TODA a cidade."*²⁰

O coletivo, SBDCG (que "repropôs" a criação do parque), logrou desenvolver com o IPPUC, um projeto em que todos aceitaram, porém, após todo esse logro, houveram novidades que contradisseram esse acordo.

"Sim, o projeto de parque ora em implantação devastou o que tínhamos semeado (literalmente) e não reflete as necessidades e desejos completos da comunidade. A planta assinada em 2014 por poder público e cidadãos foi refugada pela própria prefeitura, a qual optou em 2015-2016 por compor informal e politicamente com a Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná a existência 'ilegal' de um estacionamento, o qual 'trava' a integração de todas as áreas e acaba por "confiscar" da cidade 2/3 do Parque Gomm. Ou seja, a própria prefeitura retrocedeu em sua palavra e sucumbiu aos desejos autocráticos dos ocupantes estaduais da Casa Gomm, fazendo 'vista grossa' para a invasão de área municipal pelo estacionamento estadual..."

...E a via de emergência? Ah, a via de emergência! No lugar de simples paralelepípedos assentados em areia no mesmo nível da grama, executou-se uma base e infraestrutura de rodovia, com 'metros' de escavações e cascalho. Um plano traçado não para pensar numa fantasiosa evacuação rodoviária do shopping, mas um 'cavalo de Troia' de futuro asfaltamento e binarização das redondezas - grandes empreendimentos que desfiguram os quatro cantos da cidade, promovem um urbanismo excludente e uma cidade insustentável..."



Figura 6: Via de emergência: exigência do corpo de bombeiros para funcionar o empreendimento – ônus que fica suportado por área pública oriunda do parcelamento da matrícula e subsequente doação ao poder público. Fonte: “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” facebook

...A casa está ainda mais segregada e estanque, sem paisagem que a valorize. O efeito visual ‘Peru num Pires’, cunhado pela Dona Irene Gomm, última moradora da casa ainda em vida, foi acentuado. Se a casa já estava ‘apertada’ em uma matrícula imobiliária pequena demais, a via de emergência apenas a espremeu mais.”²¹

Observa-se nestes relatos, bem como na história da centenária propriedade, que sempre despertou interesses devido sua privilegiada localização, e por seu alto conteúdo ecológico, cultural e econômico, e potencializou disputas entre vários atores urbanos, que a governança foi bastante tímida ao longo do período em que a casa deixara de ser uma moradia da aristocracia e passou a ser objeto destes interesses, visto que, se por um lado, criou mecanismos de proteção ao todo, com um decreto público, por outro, cedeu ao parcelamento e à negociação com o capital especulativo.

"Encontrado nos autos da ação popular movida contra Município, Grupo Soifer, Estado do PR e Secretaria Municipal de Meio Ambiente na 5.^a Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Foi apresentado pelo Estado do Paraná em sua contestação àquela ação e integra o processo administrativo de tombamento da Casa Gomm e seu bosque (iniciado em 1987 e que ocorreria em 1988).

Nele se pode ver uma planta de Maio de 1987, elaborada pelo IPPUC da gestão Roberto Requião à frente da prefeitura, denominada "PARQUE DO BATEL".

Segundo o plano diretor deste parque, TODA a área que viria a ser tombada (cujo dono era Soifer, Berman & Cia Ltda. - 19.430m²) e MAIS DUAS ÁREAS de outros proprietários (Egon Alwis Mueller e Marese Lanconi, respectivamente com 2.818m² e 1.002,00m²) - tudo num grandioso total de 23.250,00m² - seriam destinadas à criação de um belíssimo complexo ambiental, cultural e de lazer, em plena área central da cidade.

A Casa Gomm e sua garagem - ambas em suas posições históricas originais - seriam integralmente restauradas e destinadas a um museu da madeira, biblioteca, fitoteca e sala de vídeo. Em outras edificações existentes seriam implantados um restaurante com terraço

para mesas ao ar livre, uma casa de chá, um deck externo, sanitários etc.

Além do Bosque existente, seriam plantadas NOVAS árvores e arbustos floríferos e implantados gramados para passeios e contemplação. E, notem bem: a ligação dos dois trechos da Hermes Fontes seria feita com uma PISTA DE CAMINHADA PARA PEDESTRES E CICLISTAS, de pouca largura e integrada à natureza.

Um belíssimo palco ao ar livre e em meio às árvores seria destinado a pequenos eventos musicais. Os bancos para transeuntes seriam equipados com terminais de som para audição de música em fones de ouvido (!).”²²

Parque do Batel

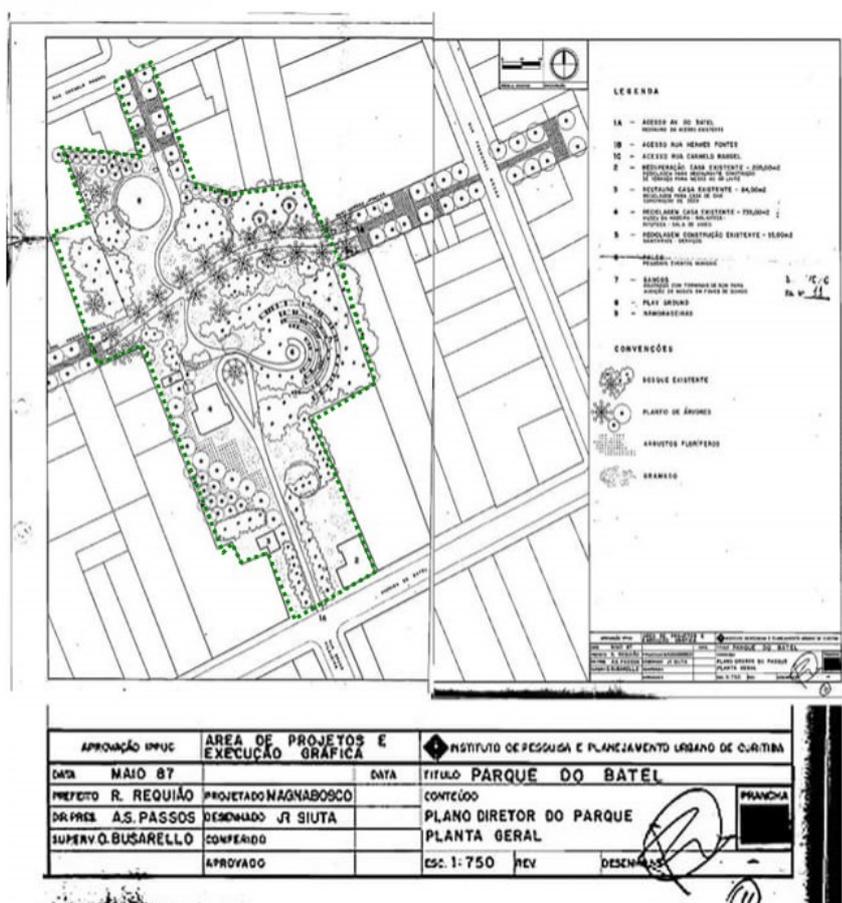


Figura 7: Planta do Parque do Batel – IPPUC (1987) Fonte: SBDCG, elaboração própria.

Em 1989, ocorre o “*tombamento*”²³ da área. A casa, o bosque, o fundo de vale do rio Ivo, começaram a palpitar como limitadores dos interesses do novo proprietário destes 19.430 m² situados na Avenida Batel, 1829, adquirido quatro anos antes.



Figura 8: Fonte: Arquivo ENGEFOTO 1989, elaboração própria.



Figura 9: Fonte: IPPUC 1999– banco de dados, elaboração própria. Fonte: IPPUC – banco de dados, elaboração própria.

23 Em reunião realizada no dia 6 de abril de 1989, o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico aprovou o tombamento da casa de madeira, bosques e jardins da propriedade, observando o que prevê a Lei Estadual nº 1.211, de setembro de 1953. Em 14 de abril do mesmo ano, foi feito o registro do tombamento no 6º Cartório de Imóveis.



Figura 10: Fonte: IPPUC 2003 – banco de dados, elaboração própria.

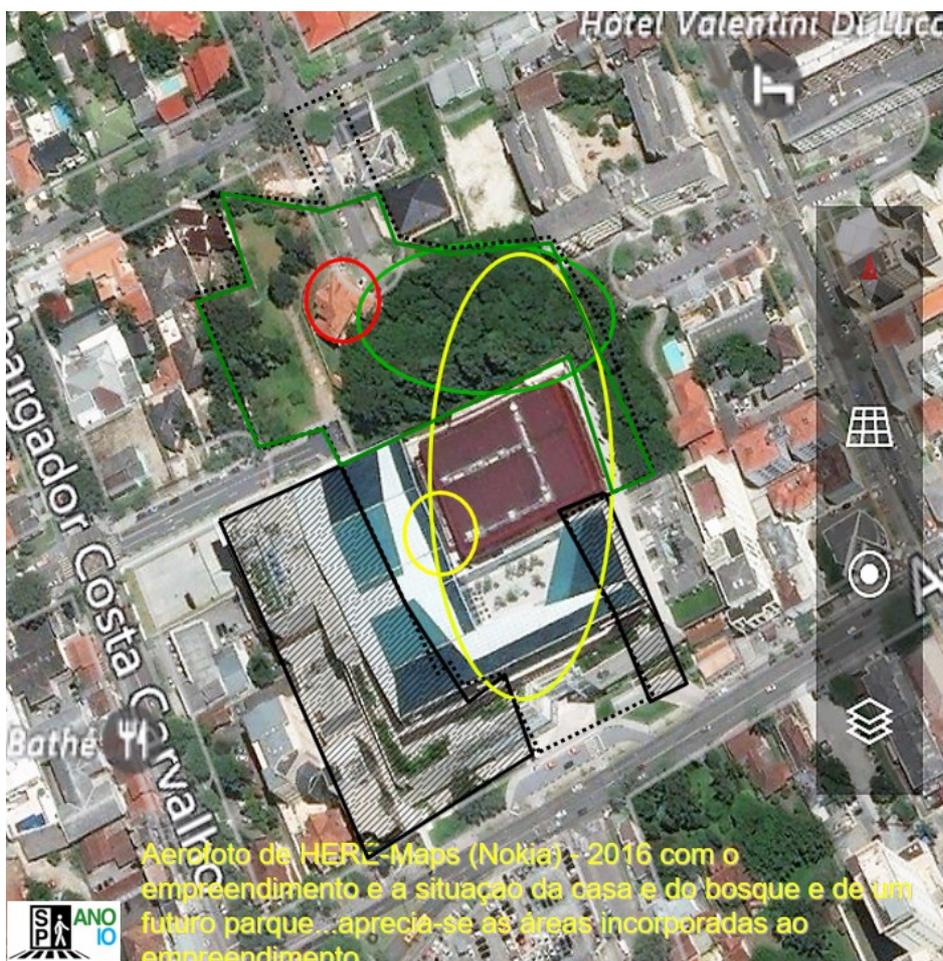


Figura 11: Fonte: HERE Maps – Nokia 2016, elaboração própria.

Esta seqüência gráfica, ora apresentada, desde o decreto firmado em 1989 (figura 8); quando coloca-se em marcha o “bypass” em 1999 (figura 9); a mudança de lugar da casa (que por pouco não foi parar na faculdade de Agronomia, na Escola de Floresta..), em 2003 (figura 10); e finalmente, o desenlace do shopping e a formalização do Parque em 2016 (figura 11), sintetiza cronologicamente a ineficiência administrativa e o poder do capital.

Resta portanto aplaudir o coletivo SBDCG, sua determinação e poder de conquista, ainda que tendo que aceitar as imposições e ter que trazer a ingerência dos que têm a caneta na mão para assinar os decretos, pois sem essa mobilização o parque dificilmente existiria.



Situação pactada e realizada entre o coletivo SBDCG e o IPPUC. A ilustração sobre o documento é do facebook do coletivo.

Figura 12: Fonte: “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” facebook – elaboração própria

"Por enquanto, o Parque Gomm segue sendo um retrato falado, escrito no decreto municipal assinado por Gustavo Fruet nesta gestão - esta sim uma vitória documental e jurídica do movimento.

No mundo real, o parque que nos querem fazer engolir não é o parque que usamos há quatro anos, em um evidente sintoma da desconexão dos agentes públicos (municipais e estaduais) com a comunidade que pretendem representar."²⁴

O "caso" Curitiba (não é por acaso...)

Curitiba, desfruta de projeção internacional, devido à implantação e subsequente implementação do Plano Diretor de Urbanismo de 1965, elaborado sob o comando do arquiteto Jorge Wilhelm²⁵ que aportou uma nova forma de fazer as coisas, contrapondo-se às diretrizes do então plano Agache²⁶ que era funcionalista e zonificado, partindo para a ideia de crescimento ao longo de eixos estruturais.

Fruto deste plano diretor, surgiu o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) como um órgão destinado a desenhar as futuras estratégias e intervenções urbanas para a cidade, além de propor certas atuações imediatas, que foram executadas pela prefeitura.

Entre essas ações, podemos citar, já no início dos anos 1970 o fechamento à circulação de veículos de um conjunto de ruas no centro,

24 SBDCG

25 O arquiteto Jorge Wilhelm foi contratado pela empresa SERETE BRASIL, vencedora do concurso para elaborar o Plano Diretor de Curitiba. Wilhelm havia participado do concurso internacional de Brasília e já executara Planos para Costabela em Portugal. Dirigia, na época a Divisão Nacional de Urbanismo do IAB e representava o Brasil na Comissão de Urbanismo da UIA. A SERETE BRASIL era uma subsidiária da SERETE FRANÇA responsável dos estudos de cidades europeias como: Bourges, Brest, Orleans, Augers, Lorient e Dunkerque.

26 Alfred Agache – Plano para Urbanização de Curitiba – 1943, Boletim da Prefeitura de Curitiba, reflexionava experiências suas dos planos anteriores como Camberra, Chicago e Rio de Janeiro entre outros.

entorno à Rua XV de Novembro e a criação dos eixos estruturais, por onde logo mais circularia o “*expresso*”²⁷.

Essas tendências urbanísticas foram vanguarda, que posteriormente, vieram a ser objeto de reprodução em cidades dos cinco continentes e que fizeram a projeção da cidade de Curitiba, como um modelo a seguir.

A cidade, com destaque mundial, passou a fazer alarde de suas conquistas e de sua modernidade. Nos anos 1980 se auto-rotulou a “capital ecológica” e no final dos anos 1990, com os novos paradigmas da governança participativa a “capital social”, mas uma série de artigos e teses²⁸, demonstram o contrário, que não houve melhorias ambientais e nem sociais na capital paranaense, sim um grande “*city-marketing*” entorno aos pseudo-avanços ocorridos, naquele momento, já há quase três décadas passadas.

Em contraponto, uma iniciativa tardia do Governo do Estado, através da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, tentou, infrutiferamente a difusão da ideia da criação e implantação das Agenda Locais 21, celebrando inclusive um seminário internacional²⁹, em Ponta Grossa, conjuntamente com a UEPG, que posteriormente, deu origem a um documento denominado “PACTO PARANÁ SUSTENTÁVEL – 2010”, onde algumas diretrizes gerais eram pontos consensuadas nas mesas temáticas de debate durante o seminário em tela.

Em Curitiba, a falta de mecanismos promotores da participação cidadã se faz notar na maioria das atuações da municipalidade. Embora exista a chamada para a participação na LOA (Lei Orçamentária Anual), ocorre de

27 Precusores do BRT, inicialmente veículos de mesmas proporções que aos ônibus das demais das linhas da cidade, mas que circulavam em vias segregadas exclusivas para eles.

28 FENDRICH, Roberto – 2002 – Diagnóstico dos Recursos Hídricos da bacia hidrográfica urbana, do Rio Belém – ALEP Curitiba; JARDIM S. T. - 2006 – A imagem Digital de Curitiba – Ciberpesquisa; PEREIRA, Gislene – 2001 - A natureza dos (nos) fatos urbanos: produção do espaço e degradação – UFPR; GHIDINI, Roberto – 2009 – Aprendiendo una lección de Curitiba. Efectos perversos de una política orientada al transporte público y al medioambiente – CiUr nº 67 – Madrid, UPM – FASTER, entre outros

29 SEMINÁRIO INTERNACIONAL “EXPERIÊNCIAS DE AGENDAS 21: OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO” – UEPG - PONTA GROSSA, 27, 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2009

forma temerária e tímida, com difusão de comunicados na web municipal, muitas vezes com pouco tempo hábil, outras vezes em horários de difícil participação, o mesmo ocorrendo com as "Audiências Públicas", sendo ambas as práticas obrigatórias segundo o estatuto das cidades.

Atuações como a licitação do transporte público em 2010 e a proposta de um metrô para Curitiba (2009), que teve um arranque com o projeto do "bonde moderno" (1992), demonstraram uma pré-disposição da administração municipal, em limitar-se exclusivamente ao cumprimento da lei, no que tange aos mecanismos participativos. No caso da licitação do transporte público, esta veio a ocorrer, somente após sentença judicial, e passados 10 anos do início da demanda impetrada pelo Ministério Público.

Os resultados proporcionaram insignificantes melhorias para a coletividade. No caso do transporte público, este novo regimento conferiu aos que já eram operadores do sistema, um status que até então não tinham, o de concessionários do transporte público (eram apenas permissionários, a concessão era da URBS) e foram quase perpetuados por mais 25 anos.

Para o metrô, o projeto pouco agrega para a cidade, que apenas substituiu o modal BRT pelo metroviário, implicando em custos, transtornos durante as obras e baixo benefício, além apenas do aumento da capacidade de transporte e alguma redução da contaminação atmosférica; quando através um projeto desta envergadura, com um novo traçado, poder-se-ia realizar uma transformação urbanística em áreas carentes ou degradadas da cidade.

Em ambos os casos, as audiências públicas, não traduziram nem aportaram nada ao projeto, que já estava consumado. Não houve nem mesmo sequer uma exposição inicial do que se pretendia realizar, para ser discutida, não houve debate prévio, não houve reflexão, e evidentemente houve baixa participação.

Previamente a isso tudo, anteriormente aos marcos da participação cidadã (Carta de Alborg, 1994) vimos um caso – o da Conectora 5 ou Nova Curitiba ou Ecoville (1972) – que também suscita comentários sobre a apropriação do capital especulativo sobre a cidade, numa mega operação de requalificação de uso de solo.

Faço uso de fragmentos de minha “*tesina*”³⁰ para relatar o caso.

“Desde a Campina do Siqueira, passando pelo Mossunguê e chegando ao Campo Comprido, transformou-se o que até então eram áreas de chácaras e pouco habitadas, em 1974, sancionada a Lei nº 4.773 definindo um novo zoneamento para a cidade e criando as vias conectoras (que já existiam fisicamente em um total de quatro e a proposição de uma quinta conectora, a ser implantada, com um zoneamento especial) com a finalidade da integração espacial com a Cidade Industrial (CIC).

A proposta inicial para a implantação desse novo eixo, que teria o formato e potencial construtivo dos eixos estruturais, seria para edificar moradias para os novos trabalhadores da CIC que viessem de outras regiões do estado ou do país.

Para a execução, no final dos anos 1970, seriam tomados duas linhas de financiamento de distintos programas e agentes, um deles do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para execução do sistema viário e outro através do BNH (Banco Nacional da Habitação) para a construção dos conjuntos habitacionais ao longo destes.

30 Curitiba ¿Verdad o mentira? – Efectos Perversos de una Política Orientada al Transporte Público y al Medio Ambiente (1965-2004), 2007, DuyOT-ETSAM-UPM, Madrid.

A primeira linha de crédito foi contraída, mas a segunda, inexplicavelmente, foi deixada de lado, por motivos aparentemente desconhecidos³¹, mas que se pode pensar em um objetivo claro: grandes empreendimentos e a especulação imobiliária, que resultou nos dias de hoje.”

"A governança tem que ter legitimidade e não interesses privados. O privilegio de informações está a serviço do interesse privado"³²

Dando seguimento, recentemente, ocorreu a revisão do plano diretor:

A Revisão do Plano Diretor de Curitiba, teve início, pelo IPPUC, em 28 de março, e previa consulta pública, no período de 12 de abril de 2014 a 15 de agosto de 2014 para a apresentação de questionamentos, críticas e sugestões. Igualmente o Fórum do Plano Diretor de Curitiba que teve sua primeira audiência pública em 15 de abril de 2014.

A série de dez audiências públicas e seis grupos de estudos, eventos que compuseram o Fórum, pretendeu subsidiar e colaborar com as discussões em torno da revisão do Plano Diretor de Curitiba, prevista para o então ano de 2014. O Fórum foi aberto à participação de todas as entidades e autarquias da sociedade civil organizada e foi uma proposta da Comissão de Urbanismo e Obras Públicas da Câmara Municipal de Curitiba.

"Assim, como corolário, podemos dizer que por mais que as administrações, as entidades de classe, os sindicatos, as academias, as associações cidadãs disponham-se a fazer com que algum processo participativo ocorra, essas tentativas são ou tímidas, ou desprovidas de vaidade suficiente para

31 Reck, G. y Marchezetti, A.C.(2004)Planeación y Gestión del Sistema de Transporte Público de Curitiba, Brasil, *Revista Carretera*, número 133, mayo/junio; Asociación Española de la Carretera.

32 LE GALÈS, Patrick – Diretor de Pesquisa CRNS- Paris – em, Congresso de Regiões Capitais, METREX-IMAP, Madrid, maio 2006

possibilitarem avanços que não sejam somente em causa própria, debilitando o diálogo e o interesse geral”³³



Medos que perduram.....

Figura 13: Fonte: “Salvemos o Bosque da Casa Gomm” facebook – elaboração e dramatização própria

Bibliografia, consultas, entrevistas e agradecimentos

ALORZA Pagina web - Especialista em mudanças. Pioneiro na abertura de dados públicos e em técnicas de governo aberto. Diretor de Atenção Cidadã no Departamento de Justiça e Administração Pública do Gobierno Vasco entre outras funções.

ARQUIVO GERAL DO ESTADO DO PARANÁ.

DUARTE, Fábio (2006) - Redes de mobilidade urbana - Curitiba - REVISTA DOS TRANSPORTES PÚBLICOS Nº 111- ANTP - São Paulo.

DUDEQUE, (2001) Espirais de Madeira - Estudio Nobel - Curitiba.

FALCONE, G. Mariana - Revisão de texto.

FENDRICH, Roberto (2002) - Diagnóstico dos recursos hídricos da bacia hidrográfica urbana do Rio Belém - ALEP - Curitiba.

- FENIANOS, E. E. (1998) - O Urbanauta: manual de sobrevivência na selva urbana - UNIVER - CIDADE - Curitiba.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi A rede urbana brasileira setecentista. A afirmação da vila regular - apuntes del curso: La Construcción del Brasil Urbano.
- GARCIA, F. E. S. Cidade espetáculo (1997) - Política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra,
- GHIDINI R. (2014) Do BRT ao Metrô e a governança municipal de Curitiba - mobilize.org.br
- GHIDINI R. Jr. Curitiba ¿Verdad o mentira? - Efectos Perversos de una Política Orientada al Transporte Público y al Medio Ambiente (1965-2004),(2007), DuyOT-ETSAM-UPM, Madrid.
- GHIDINI, Roberto (2009) Aprendiendo una lección de Curitiba. Efectos perversos de una política orientada al transporte público y al medioambiente - CiUr nº 67 - Madrid, UPM - FASTER.
- GNOATO, Salvador (2005) Texto presentado en el 1º Seminario de la Ciudad Contemporánea - Curitiba Del Mañana - 40 anos después (1965-2005), en 2, 14 e 15 de septiembre de 2005, organizado por el PPGTU y el Grupo de Pesquisa: Teoría y Historia y Arquitectura y Urbanismo de la PUCPR.
- GOTTDIENER, M.(1997) A produção social do espaço urbano - Edusp
- GOTTMANN, J. (1961) - Megalopolis: the Urbanized North-eastern Seabord of the United States Cambridge, Massachussets.
- GÜELL, J. M. F. (2006) - Planificación estrategica de ciudades - REVERTÈ - Barcelona.
- HALL, Peter (1996) - Ciudades del mañana - Historia del urbanismo en el siglo XX Blackwell Publishers, Oxford, Edición Española - Traducción Consol Freixa (1996) Ediciones del Serbal, Barcelona,
- HARVEY, D. (1980) - A justiça social e a cidade - Hucitec.
- JACOBS, Jane (1961) - The Death and Life of Great American Cities -Vintage.
- JARDIM, Silvio Teixeira (2006) A imagem digital de Curitiba -Publicação do Ciberpesquisa - Centro de Estudos Pesquisas em Cibercultura Editor: André Lemos Editor Assistente: Cláudio Manoel
- LE GALÈS, Patrick (2006) - Diretor de Pesquisa CRNS- Paris - notas em, Congresso de Regioes Capitais, METREX-IMAP, Madrid.
- MENDONÇA, F. 2002- Aspectos da problemática ambiental urbana da cidade de Curitiba e o mito da "capital ecológica". GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12.
- MILLARCH, ARAMIS; Qualquer dia a mansão dos Gomm cairá (e com ela também memórias do Batel) originalmente publicado em 07 de abril de 1991

- NAVOLAR, J. D. (2006) - A "comitancia" dos específicos com o genérico - A preservação do Patrimônio Histórico em Curitiba e a arquitetura dela resultante: de 1965 a 2000; UFBA – entrevista 27.12.2016.
- OLIVEIRA, Onaldo P. de. (1965). - Plano Preliminar Urbanístico para Curitiba - Boletim Instituto de Engenharia do Paraná
- ONU HABITAT, Notas "Liderazgo Político hacia una ciudad justa: contribuciones hacia la Nueva Agenda Urbana", 15 a 17 de setembro 2016- Madrid
- PEREIRA, Gislene (2001) A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação - Desenvolvimento y Medio Ambiente - Editora de la UFPR - Curitiba
- PEREIRA, Gislene (2004) Novas perspectivas para a gestão das cidades: estatuto da Cidade e mercado imobiliário - Desenvolvimento y Medio Ambiente - Editora de la UFPR – Curitiba
- RECK, G. y MARCHEZETTI, A.C.(2004)Planeación y Gestión del Sistema de Transporte Público de Curitiba, Brasil, Revista Carretera, número 133, mayo/junio; Asociación Española de la Carretera.
- RISCHBIETER, Luca – coletivo SBDCG – entrevista 2.12.2016
- Salvemos o Bosque da Casa Gomm – SBDCG em facebook.
- SBDCG - "UM PARQUE VÍTIMA NÃO APENAS DO PELEGUISMO BUROCRÁTICO, MAS TAMBÉM DA INÉPCIA TÉCNICA"
- SBDCG - "O PARQUE QUE PODERIA TER SIDO (1987) - O LEITE DERRAMADO E O LEITE QUE HÁ NO FUNDO DO COPO"
- SEMINÁRIO INTERNACIONAL "EXPERIÊNCIAS DE AGENDAS 21: OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO" – PONTA GROSSA, 27, 28 E 29 DE NOVEMBRO DE 2009
<http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/>
- STRUCK. B. Mathieu – Coletivo SBDCG – entrevista 14.12.2016